



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

CNPJ: 60.975.174/0001-00

ANS – Nº 31421-8

CONSELHO DELIBERATIVO

VALDIR PEREIRA VENTURA – PRESIDENTE

BENJAMIM SEQUEIRA BARREIRA – 1º VICE PRESIDENTE

JOÃO ATILIO PIGNATARO – 2º VICE PRESIDENTE

CONSELHO FISCAL

AUGUSTO MEDEJI SANCHEZ

FLAVIO LACERDA AMENDOLA

PAULO NICOLINO DE FREITAS

DIRETORIA

CLAUDIO CAETANO LIBERATORI – DIRETOR PRESIDENTE

VASCO AGOSTINHO CORREIA MONTEIRO – 1º VICE PRESIDENTE

ADRIANO SOARES FONTES – 2º VICE PRESIDENTE

HELICIO VALÉRIO PASSOS – SECRETÁRIO GERAL

RIVADAVIA AMARAL GONÇALVES – 2º SECRETÁRIO

DAVID ANTONIO MARQUES FERREIRA – TESOUREIRO GERAL

IVANI POTENZA CARILLO – 1º TESOUREIRO

FRANCISCO DE LACERDA AMENDOLA – 2º TESOUREIRO

JOSÉ CIRILO SOUSA CALDEIRA – DIRETOR DE PATRIMÔNIO

PERCILIA NICOLINO DE FREITAS – DIRETORA SOCIAL

CONTADOR

ELIZABETH POPP LEME

CRC SP149012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho Deliberativo e aos Associados,

A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO** submete às vossas apreciações as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ao completar 109 anos de existência e credibilidade, a Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão caminha de forma benéfica rumo à qualidade no atendimento assistencial (Plano de Saúde), ambulatorial, pronto-socorro e unidade hospitalar, através de constantes aperfeiçoamentos das equipes médicas e buscando cada vez mais melhorias e ampliações nas suas instalações e serviços.

ÍNDICE

I – CONJUNTURA ECONÔMICA.....	4
II – COVID-19	6
III – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR	9
IV – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE	13
V – DESTINAÇÃO DO SUPERAVIT	17
VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA.....	18
VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.....	24
VIII – RECURSOS HUMANOS	25
IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	26
X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS	28
XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	29
XII – PERSPECTIVAS PARA 2021	32

I – CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2020 foi um dos mais complexos e desafiadores devido ao surgimento e disseminação do novo Coronavírus, e dos impactos sanitários, econômicos e sociais provocados pela pandemia. A vida da população foi transformada com a adoção de rígidas ações governamentais em praticamente todos os países, como fechamento do comércio e escolas, isolamento social, quarentena e medidas necessárias para evitar aglomerações, conter o avanço da doença e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde.

O PIB per capita (por habitante) em 2020 foi de R\$ 35.172, com queda de 4,8% – a maior já registrada em 25 anos. Entre os principais setores houve alta somente na Agropecuária (2%), enquanto a Indústria (-3,5%) e os Serviços (-4,5%) tiveram queda. Do lado da demanda, o consumo das famílias despencou 5,5% e os investimentos encolheram 0,8%.

Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o setor totalizou 47.564.363 usuários em planos de assistência médica e 27.050.313 em planos exclusivamente odontológicos em todo o Brasil. Na assistência médica, o número é o maior registrado desde janeiro de 2017 representando um aumento de 1,16% em relação a dezembro de 2019. Na segmentação odontológica, foi constatado crescimento de 4,45% em relação a dezembro de 2019.

Entre os estados, no comparativo com dezembro de 2019, o setor registrou aumento de beneficiários em planos de assistência médica em 20 unidades federativas, sendo Minas Gerais e São Paulo os que tiveram o maior ganho de beneficiários em números absolutos. Já no segmento exclusivamente odontológico, 24 unidades federativas registraram aumento no comparativo anual, sendo São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco os estados com maior crescimento.

As previsões do Setor para o ano de 2021 ainda são incógnitas para as operadoras em geral. O otimismo de retomada econômica retornou ao estado de imprevisibilidade com a nova onda de contaminação de covid-19 (ainda maior que a primeira). O cenário atual conta também com novas variáveis, como as medidas mais restritivas anunciadas por alguns estados e municípios, e os meses sem auxílio emergencial que no ano passado elevou a renda de famílias mais pobres. A retomada da economia e consequentemente a queda do desemprego dependem da efetividade da vacinação da população.

Por um lado, temos as novas demandas geradas pela pandemia do Covid-19, como o aumento da sinistralidade decorrente do represamento de cirurgias eletivas e outros procedimentos. Por outro lado, há uma série de evoluções econômicas,

sociais e tecnológicas que já estavam no radar dos especialistas em saúde e que a cada ano vem ganhando mais importância e influência no mercado.

Tudo indica que os cuidados com a saúde e a qualidade de vida estarão em alta no “pós-pandemia”, o que tem levado as empresas do segmento a intensificar seus investimentos em gestão, planejamento e poder de reação.

II – COVID-19

Em março a Covid-19 chegou ao Brasil e mesmo já presente em outros países, havia uma insegurança muito grande quanto aos efeitos da doença nos diversos segmentos do país, principalmente no setor de saúde.

Quando o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil, o Grupo São Cristóvão iniciou os preparos para o combate à Covid-19, criando o *Comitê Executivo de Crise*, formado por Diretores e Gerentes de diversas áreas da Instituição, que diariamente se reúnem e fazem um overview das ações, com análises pontuais validando e norteando novas estratégias.

O primeiro passo do Comitê foi estabelecer um plano de ação com base em modelos estatísticos que auxiliaram nas previsões de internações de pacientes com a doença. Nessa análise foi considerada as características epidemiológicas dos nossos beneficiários, como idade, comorbidades e riscos de internação, com acompanhamento diário do número de pacientes atendidos em nosso Pronto Socorro com Covid ou não, bem como a conversão de internações e altas.

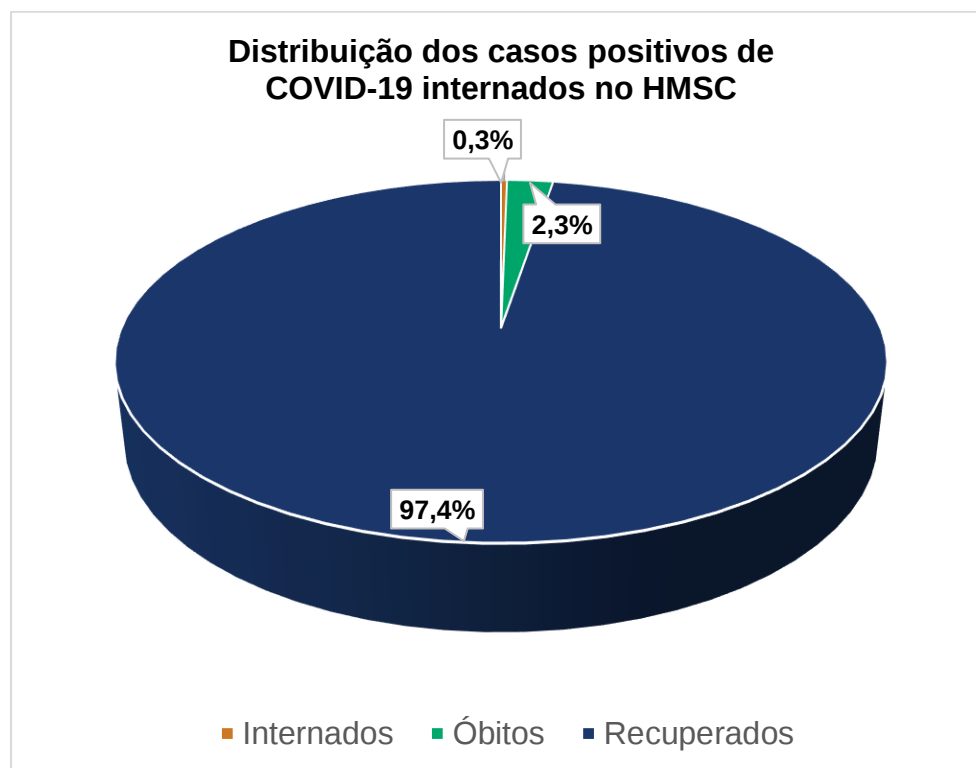
Outra decisão importante foi a de agir com transparência e respeito com nossos beneficiários, colaboradores e comunidade em geral, com divulgações diárias através das redes sociais dos números e balanços para que todos acompanhassem os trabalhos do Grupo no combate à doença.

Algumas ações que adotadas pelo Grupo:

- Criação de Pronto-Socorro para atendimento exclusivo de suspeitos ou contaminados pelo novo coronavírus, bem como andares destinados apenas para pacientes infectados, preservando os demais pacientes;
- Ajuste do fluxo de atendimento mediante a aquisição de equipamentos hospitalares específico para o combate e tratamento da Covid-19, como respiradores, monitores cardíacos e desenvolvimento de protocolos terapêuticos;
- Expansão do portfólio de fornecedores e ampliação do espaço físico para armazenamento dos insumos comprados;
- Criação de um site e canal de atendimento para seus beneficiários com informações e orientações de saúde sobre o novo Coronavírus;
- Treinamentos para as equipes especializadas no atendimento ao paciente com Covid-19;
- Utilização da tecnologia a favor do nosso beneficiário com a telemedicina e teleatendimento como estratégia de segurança e qualidade em saúde com

busca ativa de beneficiários de maior risco e monitoramento de pacientes pós-alta;

- Redução do distanciamento dos familiares dos pacientes, com “boletim médico família”, que por meio de videoconferência os médicos se comunicam com os familiares dos pacientes, passando todo o prontuário e avanços obtidos.
- Nos casos já recuperados do estado crítico, a utilização de um psicólogo que se utiliza da chamada de vídeo na UTI com paciente e familiares.
- Os colaboradores que fazem parte do grupo de risco foram afastados por precaução, sem demissões ou redução de salário;
- Para os demais colaboradores foram adquiridos dois túneis de desinfecção que garantem diariamente a segurança na entrada e saída nas instalações da instituição;
- Fornecimento de máscaras de proteção aos colaboradores, além da implantação da triagem para checar temperatura e reconhecimento de sintomas, que garante de forma precoce o diagnóstico do novo Coronavírus.



Fonte: São Cristóvão, 2020.

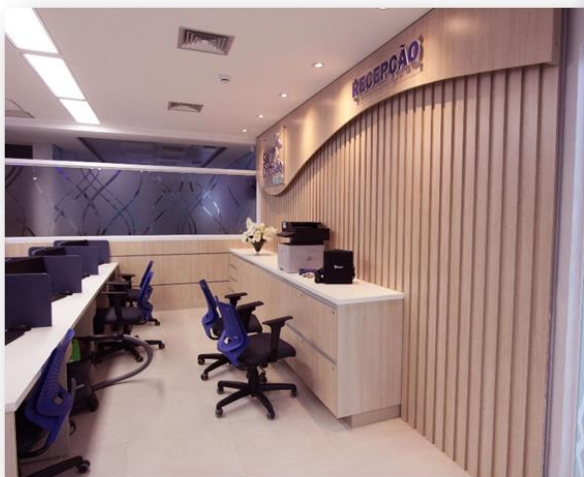
Na presença do cenário de incertezas que o ano de 2020 trouxe, o Grupo São Cristóvão preocupou-se com a garantia de continuidade dos negócios bem como na segurança dos *stakeholders* auxiliando no bem estar dos beneficiários, colaboradores, fornecedores e da sociedade. Assim, com o intuito de mitigar os efeitos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus o Grupo São

Cristóvão manteve uma oportuna gestão do seu fluxo de caixa o que assegurou os fluxos de pagamentos aos fornecedores, que não tiveram sua saúde financeira prejudicada. Também gerimos a saúde financeira de nossos colaboradores, visto que não houve a adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (MP 936/2020), dessa forma, foi garantido os rendimentos de forma integral.

III – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR

Os principais investimentos na área Hospitalar foram:

- ☐ Reforma de 60 leitos dentro de uma programação de modernização da hotelaria hospitalar e aquisição de novos equipamentos.
- ☐ Projetos com edificações, compra de mobiliários, equipamentos e aparelhos hospitalares na ordem de R\$ 42,2 milhões.
- ☐ Criação do CEGAV - Centro Endogástrico Américo Ventura.

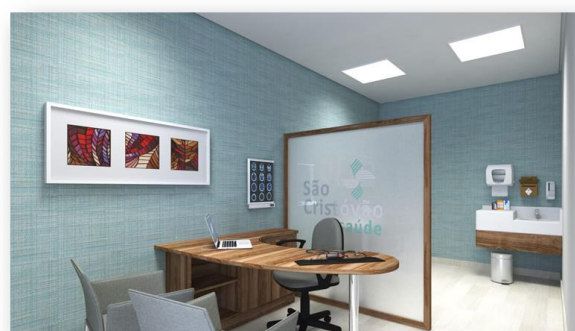




- Criação do Centro Ambulatorial Américo Ventura VII – Unidade Anália Franco, com a especialidade Ortopedia e Vacinação.



- Criação do Centro Ambulatorial Américo Ventura VIII – Unidade Santana, com as especialidades Clínica Geral, Ginecologia, Pediatria, Vacinação e Coleta.



- ☐ Reformulação do CAAV2.



- ☐ Criação do IEP e Centro Administrativo.



- ☐ Expansão do CAAV 5 (subsolo).
- ☐ Expansão do CAAV 4 (vacinação).
- ☐ Novo Espaço do Colaborador.
- ☐ Adequação da Central Fone.
- ☐ Atualização do parque tecnológico (computadores e impressoras).
- ☐ WiFi nos centros ambulatoriais próprios.
- ☐ Ampliação da Assinatura Digital (PEP2).
- ☐ Gestão de prescrições externas e controle SADTs nos ambulatoriais.
- ☐ Software de Registro Anestésico.
- ☐ Cadeia medicamentosa com carrinho a beira leito.
- ☐ Vídeo Eletroencefalograma de Amplitude Integrada Contínua (AEEG) a beira leito na UTI Neonatal.
- ☐ Ultrassom gestacional 4D mobile.
- ☐ Vendas online Saúde e Odont.

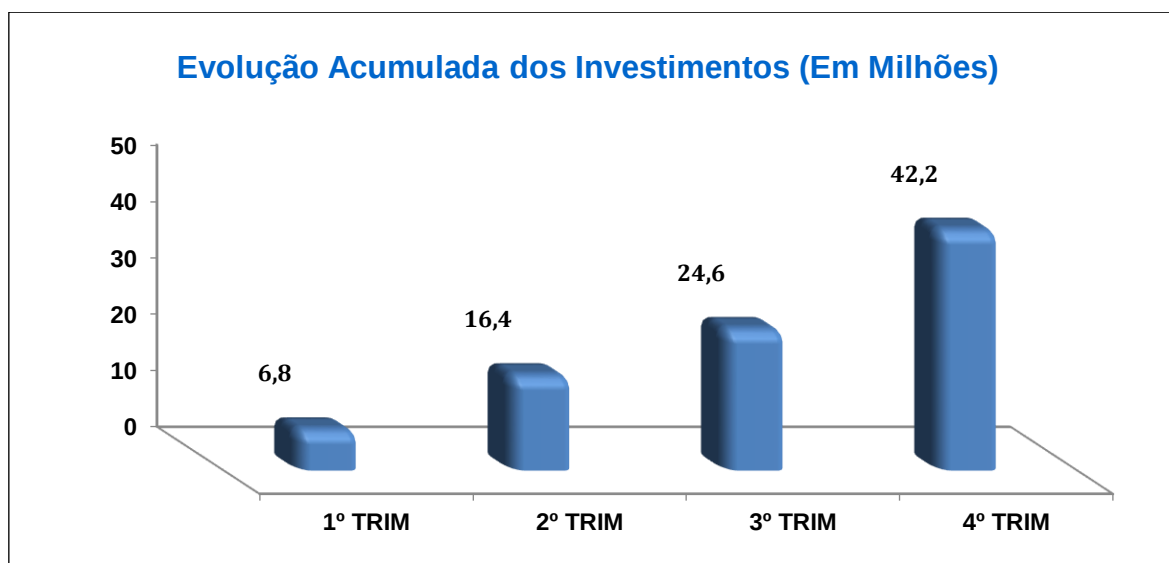
- ☐ Aquisição do_hatbot para atendimento e URA inteligente.
- ☐ Projeto Telemedicina para triagem de atendimento no CAIS.
- ☐ Aquisição do Arco cirúrgico.
- ☐ Ressuscitador infantil.
- ☐ Sistema Vídeo endoscopia e Colonoscopia + Endoscópios.
- ☐ Unidades de Anestesias.
- ☐ Ventiladores Pulmonares.
- ☐ Atualização dos Monitores multiparâmetros.
- ☐ Atualização das Camas hospitalares.

Hospital Pediátrico São Cristóvão

No exercício de 2020 o Grupo São Cristóvão Saúde deu início ao projeto de construção do Hospital Pediátrico São Cristóvão com a aquisição de dois imóveis, através do desembolso inicial na ordem de R\$ 3 milhões. O custo total de aquisição dos mesmos é em torno de R\$ 34,8 milhões.

Total de investimentos

No exercício de 2020 a Associação efetuou gastos com investimentos conforme apresentado no gráfico a seguir:

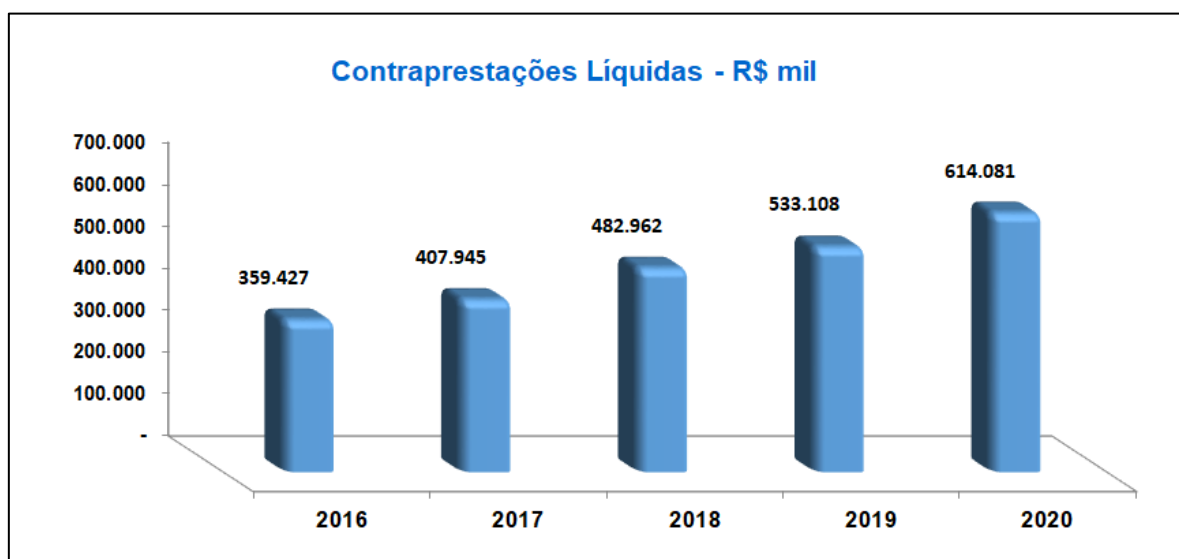


Fonte: Assessoria de Planejamento Financeiro São Cristóvão, 2020.

IV – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE

Receita de Contraprestação Pecuniária

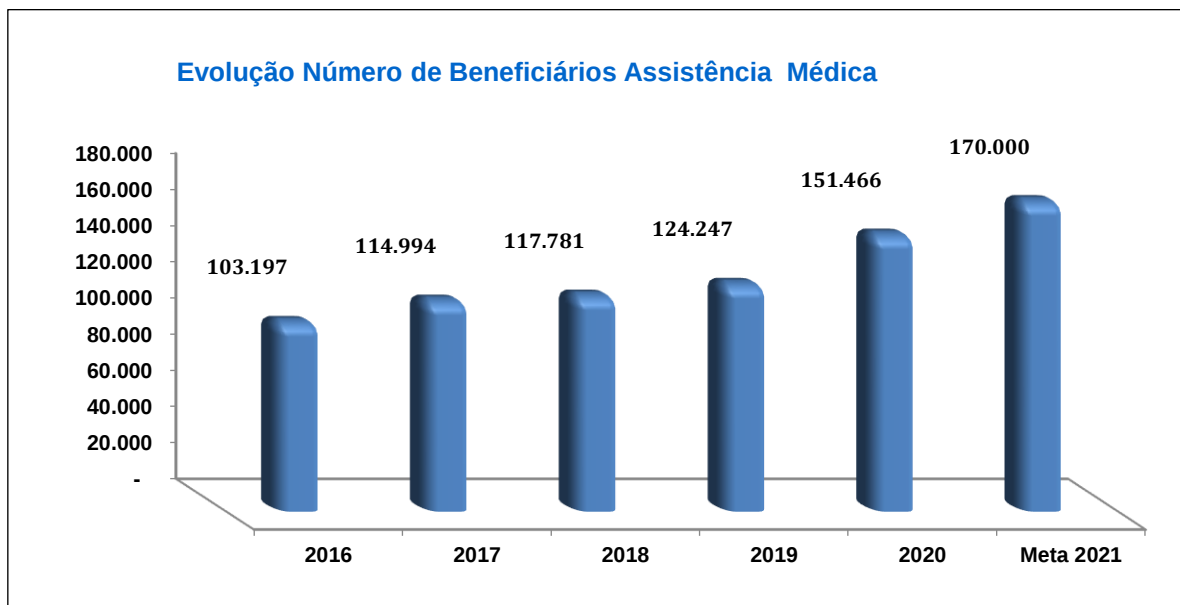
A Receita de Contraprestação Líquidas aumentou 15% em relação ao ano anterior. A evolução das contraprestações efetivas nos últimos exercícios está demonstrada a seguir:



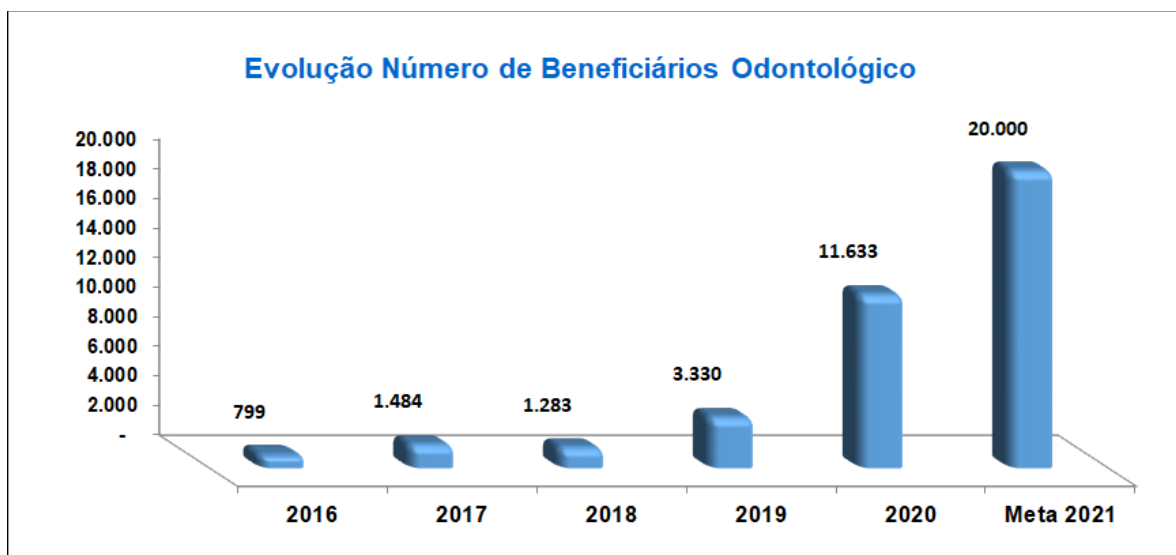
Fonte: DIOPS, 2020.

População de Beneficiários

Em 2020 o número total de beneficiários cresceu 27% em relação a 2019. O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de beneficiários durante os últimos exercícios:



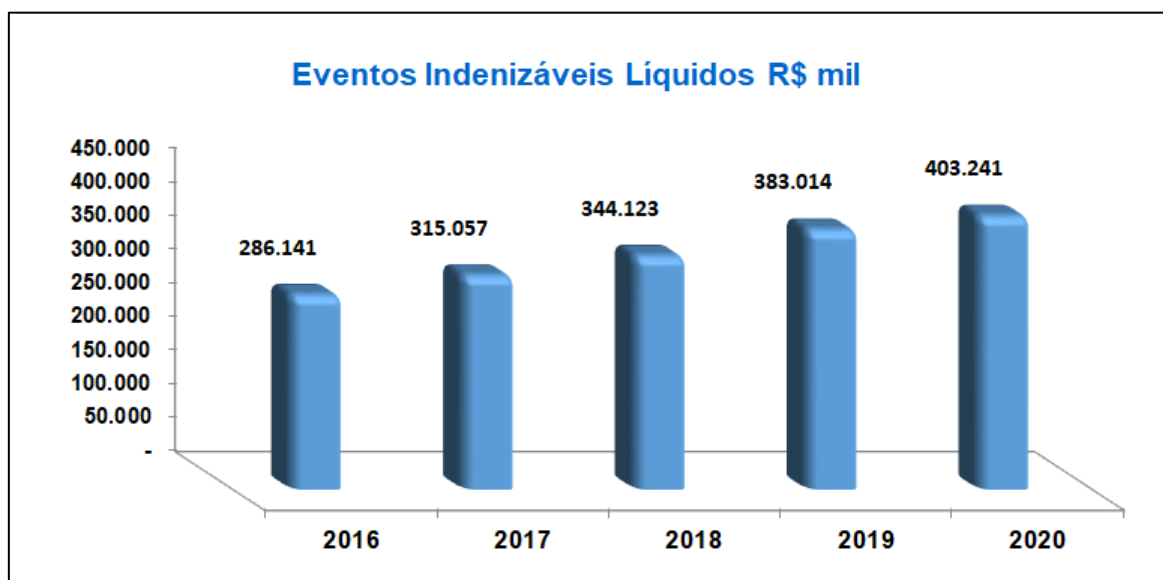
Fonte: ANS, 2020.



Fonte: ANS, 2020.

Evento Indenizável Líquido

O evento indenizável líquido em 2020 apresentou aumento de 5% em relação ao ano anterior.



Fonte: DIOPS, 2020.

Margem de Contribuição

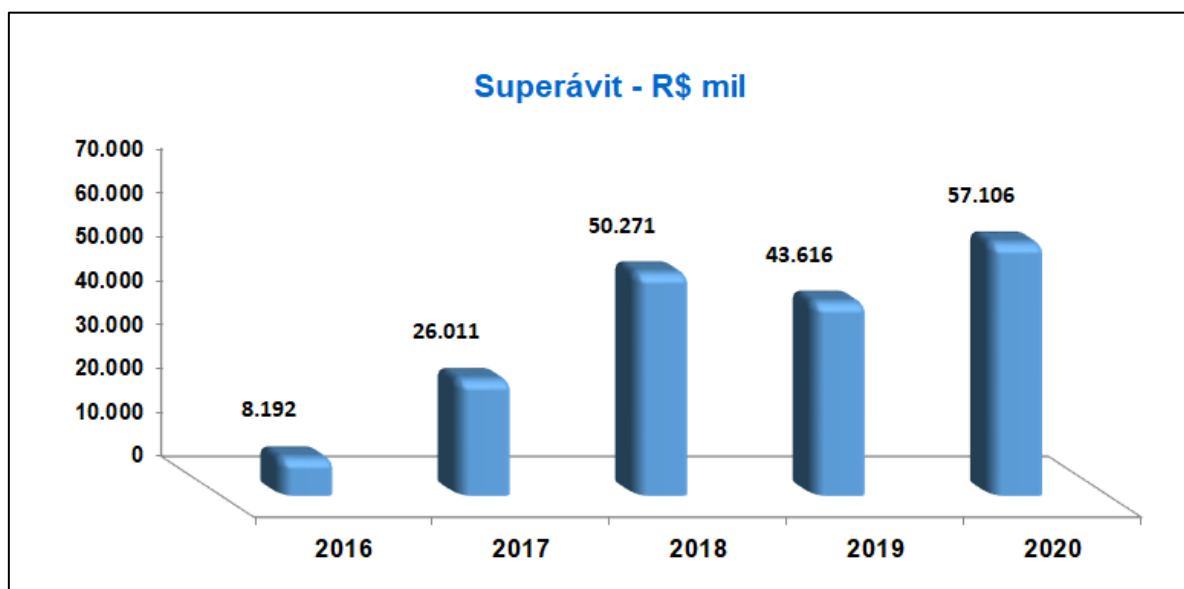
A Margem de Contribuição entre a Receita de Contraprestação Pecuniária e o Evento Indenizável Líquido em 2020, foi suficiente para manter o resultado básico do Plano de Saúde em R\$ 210.839 mil positivos.

Títulos e Valores Mobiliários - Categoria “Mantidos até o Vencimento”

A Associação declara não possuir ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Resultados

No exercício de 2020 a Associação apurou um superávit na ordem de 57.106 mil, o que representou um aumento de 31% em relação a 2019.



Fonte: DIOPS, 2020.

V – DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica. Não havendo finalidade de obtenção de lucros, a totalidade dos superávits obtidos é integralmente reinvestida para assegurar e fortalecer o cumprimento dos objetivos estatutários e os déficits são absorvidos pelo Patrimônio Social.

VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão realiza atividades de Responsabilidade Social e Filantropia por meio de diversos programas nas áreas Sociais, Educação e Saúde para a comunidade do seu entorno e em parcerias e apoio as entidades governamentais, em particular, prefeituras do Estado de São Paulo.

Este ano (2020), foi e será marcado pela pandemia COVID-19, cujas ações foram vocacionados pela manutenção da vida, da segurança das pessoas, com indicação para manutenção do isolamento social. Por conta deste cenário, as metas não foram atingidas não só pela Associação, bem como por todos os prestadores filantrópicos na prestação serviços SUS, tanto que, foi suspenso o cumprimento das metas (PL 2809/2020).

Ainda que o cenário tenha sido negativo do ponto de vista de atividades e produção de atendimento, a Associação procurou manter todas as operações em curso. Apesar da redução da volumetria de atendimento, dado a restrição/isolamento social, em nenhum momento a Associação reduziu os recursos destinados aos programas de fortalecimento do SUS. Em 2020, foram destinados ao atendimento de usuários SUS, com recursos próprios no valor de R\$ 61 milhões, beneficiando de forma direta e indireta aproximadamente 1 milhão de pessoas com os Programas Assistenciais que foram estruturados da seguinte forma:

Programas Sociais – com apoio à integração de entidades e da sociedade, em ações conjuntas assistencialistas. A Associação entende que ações compostas com a sociedade civil e demais entidades associativas, tem permitido ampliar os benefícios para todo o conjunto da população que os cercam. Por conta dessa visão, a Associação, por meio do seu setor de Serviço Social e em conjunto com entidades assistenciais, ajudou no fortalecimento da rede de proteção social da população de baixa condição socioeconômica do seu entorno.

Esta rede é composta por: Fraternidade Irmã Clara, Nossa Escola, Lar Redenção, Lar Criança Ninho da Paz, Lar da Infância de Nice, Creche São Pedro, Grupo Fraterno Lua Nova, Nosso Lar Recanto Idosos, Casa Cristo Redentor, CEBASP Pinheirinho, Associação Caminho da Paz, Escola 4E, Educandário Dom Duarte, Lar Mãe Divino Amor e Creche Maria Thereza Mello Mororó.

O objetivo desta rede de entidades é o apoio e assistência prevista na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social) às Crianças, Adolescentes, Idosos e Portadores de Necessidades Especiais em

situação de risco psicossocial, onde a Associação utiliza o Hospital e Maternidade São Cristóvão e suas Unidades CAAV – Centro Ambulatorial Américo Ventura como referência e suporte em Saúde para a população assistida pelas entidades.

Além da prestação de serviços de saúde às entidades, a Associação, em ações compostas com sua comunidade, criou uma *rede positiva do bem*, com doação de mais de 28 toneladas de alimentos, um aumento de 12% sobre 2019, para estas entidades por parte da comunidade, e cuja distribuição pressupunha uma avaliação e uma orientação nutricional frente as necessidades dos assistidos, impactando mais de 5.000 famílias.

Diferentemente de anos anteriores, esta ação não pode contar com o apoio dos colaboradores no processo de distribuição dos alimentos, em grande mutirão social pelo bem do outro, dado o isolamento.

Programa de Educação em Saúde – ações socioeducativas às entidades e profissionais de saúde. Considerando as características do perfil sociodemográfico de seus associados e da comunidade que a Associação está inserida, promove vários cursos, atividades, ações terapêuticas e socioeducativas para a população, através do Instituto de Ensino e Pesquisa D. Cica.

Este ano as ações foram realizadas com distribuição de material escrito e, com videoconferência, com uso de ferramentas as mais variadas. Dado que, em parte das “lives” e videoconferência foram realizadas com mais de uma pessoa assistindo, estimamos que alcançamos em 2020 mais de 8.000 participantes.

Os temas destas conferências foram: DST, Hipertensão, Risco de Queda, Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Combate ao Fumo, entre outros. Um diferencial em 2020, foram os treinamentos realizados em Embu-Guaçu, onde contamos com o Dr. Diogo Mastroroco da equipe da Dra. Alessandra Schulz, que realizou o processo de treinamento e palestras nas UBS para as mulheres e profissionais de saúde.

Programas de Saúde (SUS) – ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados em duas grandes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora.

A Atenção Básica conta com atendimento ambulatorial e cirúrgico quando necessário e indicado para os pacientes da Rede Proteção Social e Unidades de Saúde SUS. O acesso se dá a partir de encaminhamento via Regulação das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios Parceiros e/ou por demanda espontânea, o que nesses casos são avaliados pelo Serviço Social da Associação.

Tabela 2 – População Impactada pelos Programas Filantropia ABFSC

Programa	Objetivo	Entidade/Parceria	População Impactada	
			Cidade	Programa
Atenção Básica	Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, criando e implantando a assistência de pacientes crônicos (Diabetes, Hipertensão, DOPC) estruturando a rede local e ampliando o acesso dos usuários.	Município Campos Jordão	52.405	645.329
		Município Embu-Guaçu	69.901	
		Município Rio Grande da Serra	51.436	
		Município São Caetano do Sul	161.957	
		Município São Lourenço da Serra	15.978	
		Município Taboão da Serra	293.652	
Pronto Socorro	Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, cooperando com ampliação do acesso do atendimento de urgência e emergência dos municípios.	Município Embu-Guaçu	69.901	371.693
		Município Francisco Morato	117.633	
		Município Ribeirão Pires	124.159	
Internação Hospitalar	Contribuir com Internações Clínicas e Cirúrgicas de baixa e média complexidade em apoio a porta de urgência/emergência.	Município Embu-Guaçu	69.901	371.693
	Contribuir com ações de fortalecimento da Rede Cegonha, com a realização de Partos de baixa e média complexidade, além de apoio a assistência em exames laboratoriais, exames diagnose/imagem.	Município Francisco Morato	177.633	
		Município Ribeirão Pires	124.159	
Câncer de Mama	Compor com a Rede de Proteção da Mulher nos municípios, dando atenção e cuidado as patologias mamárias em especial CA Mama com realização de Consultas, Exames Diagnóstico, Cirurgias, Químio e Radioterapia, além é claro da reconstrução mamaria em apoio a reforço da integralidade da saúde física e mental da mulher assistida.	Município Araçariguama	8.380	332.988
		Município Embu-Guaçu	34.668	
		Município Francisco Morato	77.881	
		Município Ribeirão Pires	57.768	
		Município Rio Grande da Serra	22.607	
		Município São Lourenço da Serra	6.885	
		Município Taboão da Serra	127.799	
Saúde do Homem	Ações do fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, implantação e operação Assistência Ambulatorial aplicando Diretrizes de Política de Saúde do Homem - MS, no Arsenal da Esperança.	Arsenal Esperança	1.150	1.150

Fonte: IBGE/2021

Os principais programas são: Programa de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora impactando indiretamente mais 332.000 mulheres, e de forma direta mais de 700 pacientes junto aos Municípios Parceiros. Para os Municípios de Embu-Guaçu e Francisco Morato com a gestão de suas Unidades de Emergência – Pronto Socorro, com o atendimento de 10.000 pacientes mês, além dos programas Hipertensão e Medicina Preventiva, Programa de Exames Apoio Diagnóstico.

O programa de Internação Hospitalar, gostaríamos de destacar o município de Ribeirão Pires, onde são realizados em média 98 partos mês, quando antes do início da nossa gestão realizavam em média 16 partos.

Outro programa que merece destaque é parceria triangulada com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo, o Convênio com Arsenal da Esperança, com ambulatório médico para atendimento de 1.150 homens em condição de rua, onde estamos praticando a Política proposta pelo Ministério da Saúde para a saúde do homem. No ano 2020, foi ampliado a atenção a saúde bucal, com mais uma cadeira odontológica e fornecimento de próteses dentárias aos acolhidos, resgatando a dignidade da pessoa assistida pelo programa.

A Associação destinou para essas ações – Saúde, Educação e Social, recursos próprios no valor de R\$ 63 milhões, ou seja, 19% a mais quando comparado com 2019, beneficiando de forma direta e indireta a população descrita na Tabela 3 com os Programas Assistenciais, representando 10% de suas receitas, como segue:

Tabela 3 - Composição das Despesas por Município Parceiro – 2020

<i>Estabelecimento/Vinculação</i>	<i>Valor da Gratuidade (R\$)</i>
Estabelecimento Próprio	16.643.656
Gestão SUS - Araçatiguama	169.447
Gestão SUS - Arsenal	1.721.946
Gestão SUS - Caieiras	10.000
Gestão SUS - Campos do Jordão	265.669
Gestão SUS - Embú-Guaçu	12.509.499
Gestão SUS - Francisco Morato	2.887.148
Gestão SUS - Ribeirão Pires	13.421.189
Gestão SUS - Rio Grande da Serra	1.360.916
Gestão SUS - São Caetano do Sul	415.164
Gestão SUS - São Lourenço da Serra	120.321
Gestão SUS - Taboão da Serra	5.875.313
Prevenção e Promoção a Saúde	5.932.990
Gastos atendimento SUS - Total	61.333.258

Fonte: Setor Filantropia São Cristóvão, 2020.

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e, Assistência Hospitalar – Tabela 4.

Tabela 4 – Resumo dos atendimentos SUS e Não SUS da ABFSC - 2020

<i>Estabelecimento/Vinculação</i>	<i>Paciente Não SUS</i>		
	<i>Outros Procedimentos</i>	<i>Cirurgias</i>	<i>Internação</i>
Estabelecimento Próprio	1.969.104	8.582	21.860
Total de Atendimento	1.999.546		

Fonte: Setor Filantropia São Cristóvão, 2020

Como mencionado no Relatório de 2019, iniciamos em 13/03/2020 a parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Francisco Morato, na Grande São Paulo.

Tabela 5 – Resumo dos atendimentos SUS e Não SUS da ABFSC - 2020

<i>Estabelecimento/Vinculação</i>	<i>Paciente SUS</i>		
	<i>Outros Procedimentos</i>	<i>Cirurgias</i>	<i>Internação</i>
Estabelecimento Próprio	8.335	55	1.394
Gestão SUS - Arsenal	11.012	-	-
Gestão SUS - Caieiras	5.000	-	-
Gestão SUS - Campos do Jordão	413	-	-
Gestão SUS - Embú-Guaçu	619.773	180	4.196
Gestão SUS - Francisco Morato	462.390	2.393	1.655
Gestão SUS - Ribeirão Pires	128.051	2.143	2.061
Gestão SUS - Rio Grande da Serra	107.868	-	-
Gestão SUS - São Caetano do Sul	2.304	-	-
Gestão SUS - São Lourenço da Serra	5.760	-	-
Gestão SUS - Taboão da Serra	1.176	-	-
Total	1.352.082	4.771	9.306
Total de Atendimento	1.366.159		

Fonte: Setor Filantropia São Cristóvão, 2020.

Esta parceria foi triangulada entre a Secretaria de Saúde, Santa Casa de Misericórdia de Francisco Morato - Lar Assistencial São Benedito e ABFSC, com o objetivo de realizar 240 partos de baixa complexidade mês, além de pequenos procedimentos cirúrgicos e Day Hospital. Logo após a assinatura da parceria, o Brasil e, em especial o Estado de São Paulo, entrou em regime de isolamento social

e, não se pode realizar os partos projetados na Santa Casa por questões de segurança das parturientes. Naquele momento a Santa Casa passou a exercer o papel de Hospital Referência Covid para Região de Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã e Jarinú.

Na condição de Hospital Referência Covid, foram dedicados 35 leitos exclusivamente para este tipo de atendimento e os demais 50 leitos ficaram na condição de preferenciais Covid, porém não exclusivos. Durante o período de 13/03/20 a 31/12/20, foram realizadas várias ações consultivas de melhoria da Gestão da Santa Casa, bem como, ampliação dos atendimentos Pronto Socorro, Internação e Pequenas Cirurgias.

VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

O Grupo São Cristóvão Saúde, com o objetivo de padronizar seus processos, melhorar a qualidade de seus serviços, fortalecer a assistência segura e ampliar a sua competitividade junto ao mercado de trabalho, buscou através de creditações, certificações e premiações, a implantação de modelos de excelências para seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2020 o Hospital e Maternidade São Cristóvão recebeu a visita de manutenção referente ao ciclo 2022 da acreditação de excelência **ONA nível III**.

Anualmente, temos a honra de colaborar com a qualidade dos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e fomos premiados em 2020, onde a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo conferiu ao Hospital e Maternidade São Cristóvão o selo SINASC.

Em 2020 recebemos a visita de **Manutenção QMENTUM**. Neste ano tivemos um modelo diferente de avaliação. A avaliação foi realizada de forma REMOTA, através de meios tecnológicos foi apresentada as evidências solicitadas pelo avaliador.

Em virtude dos programas de utilização dos recursos naturais de forma consciente, em 2020 o Grupo São Cristóvão Saúde foi contemplado, pela décima vez, com o **Selo Verde do Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente**, através dos projetos que englobam a otimização de energia elétrica, água e reciclagem de resíduos.

A manutenção da **Certificação ISO 9001:2015** ocorre anualmente para o Plano de Saúde São Cristóvão, onde atende aos requisitos de qualidade da norma. Em 2020 recebemos a visita da referida certificação pelo o organismo acreditador SGS.

Reformulações Administrativas

Com a consolidação dos selos de qualidade (CQH, ONA e ISO), novos processos foram estabelecidos dentro da Associação, proporcionando uma melhor gestão dos nossos recursos e consequentemente uma melhor qualidade dos nossos serviços. Com a ajuda e comprometimento íntegro de todos, continuamos com o programa de redução de desperdício, implantando mais de 113 ações com melhoria nos resultados e contribuindo para a gestão da Associação.

VIII – RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores no regime CLT nos últimos anos está demonstrado a seguir:

2020	2019
1.966	1.791

Fonte: RH São 2020.

Os gastos (R\$ mil) com benefícios concedidos aos colaboradores nos últimos anos foram:

BENEFÍCIO	2020	2019
VA	2.806	2.430
VT	4.302	3.189
Creche	615	551
VR	1.354	913
Seguro – Vida Grupo	242	214

Fonte: RH São Cristóvão, 2020.

Segmentação da mão-de-obra segundo o nível educacional

Em 2020, os colaboradores estão classificados segundo o nível educacional da seguinte forma:

Classificação de nível educacional	2020
Colaboradores Fundamental Incompleto	42
Colaboradores Fundamental Completo	94
Colaboradores Ensino Médio Incompleto	24
Colaboradores Ensino Médio Completo	1.085
Colaboradores Superior Incompleto	77
Colaboradores Superior Completo	284
Colaboradores Pós-Graduação Incompleto	39
Colaboradores Pós-Graduação Completo	314
Colaboradores Mestrado Completo	6
Colaboradores Doutorado Completo	1

Fonte: RH São Cristóvão, 2020.

IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Água de reuso

Através de avaliações em locais com descarte de água, refrigeração dos sistemas de vácuo, refrigeração das bombas de vácuo das autoclaves, sistema degelo da serpentina da central de oxigênio, residual do sistema de osmose reversa e condensados do sistema de ar condicionado.

Captação, tratamento e utilização de água de chuva para reuso

Utilizando parte do telhado da maternidade e com o aproveitamento da reforma do Antigo Espaço de Colaboradores (NAF), foi possível a ampliação do sistema de captação de água de chuva com interligação ao sistema de captação de água do ambulatório (CAAV I), onde toda água coletada é transportada por gravidade para 03 (três) reservatórios adicionais instalados na Rua Guadiana, com capacidade total para armazenamento de até 27.000 litros de água de chuva. Por meio do sistema de bombeamento a água de chuva armazenada é transferida para os reservatórios de 75.000 litros que estão acondicionados próximo ao Espaço de Colaboradores, para posteriormente serem bombeadas para caixas superiores do 1º andar do hospital, onde lá recebem todo tratamento de cloração e análise bacteriológica antes do reuso, o resultado alcançado com as ações descritas foi uma economia de 984m³ (novecentos e oitenta e quatro mil litros) /mês e 11.803 m³ (onze milhões oitocentos e três mil litros) /ano.

Somando-se o sistema de aproveitamento de água de chuva ao sistema de reuso, as ações de vistorias diárias e a utilização de indicadores de controle, obtivemos uma economia de 42m³ (quarenta e dois mil litros) em relação a 2019, acumulada de 38% no consumo de água potável ou 1.025m³ (um milhão e vinte e cinco mil litros) /mês, mesmo com obras em andamento e expansão de 6% no número de leitos, totalizando 271 leitos disponíveis para atendimento aos nossos beneficiários. Através dos projetos implementados no Hospital, as unidades CAIS e CAAV II seguem com sistema de captação de água de chuva, gerando economia de água em seus processos.

Economia de energia elétrica

Além da ação contínua de substituição do sistema de ar condicionado por sistema inverter, está em execução o projeto de readequação e instalação do sistema de automação “Sitrad Full Gauge” para controle das unidades antigas onde somente a utilização dos equipamentos de ar condicionado equivalem a cerca de 35% do

consumo de energia do hospital, atualmente o sistema de automação abrange 19 equipamentos de refrigeração e ar condicionado, o que representa uma redução de 15% no consumo de energia elétrica.

Concluimos também o processo de instalação de lâmpadas de LED, seguimos com a manutenção do contrato de fornecimento de energia elétrica na modalidade Mercado Livre para unidade matriz (HMSC) com a produção de energia limpa.

Ainda se encontra em fase de estudos a viabilidade para geração de energia solar através de painéis fotovoltaicos para o Recanto São Cristóvão.

X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

A política de investimento da Associação classifica os ativos financeiros em quatro categorias:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- b. Investimentos mantidos até o vencimento;
- c. Empréstimos e recebíveis; e
- d. Ativos financeiros disponíveis para venda.

As aplicações em títulos e valores mobiliários somente ocorrerão no caso da Associação tiver a capacidade financeira de manter esses títulos e valores até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a Associação não possui aplicações financeiras classificadas na categoria mantidos até o vencimento.

XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Associação divulga as seguintes informações relevantes às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020:

CEBAS

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Benéfica de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Em meados de 2019, a Associação ingressou com a Ação Judicial de número 1019195-07.2019.4.01.3400, em trâmite na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal em que se pede a anulação da decisão indeferitória no Processo Administrativo de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema n. 32 da Repercussão Geral do STF reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em lei complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS. Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837 em trâmite na 1ª Sessão em que se pede a anulação da decisão indeferitória no Processo Administrativo de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde e da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Em fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral, e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2019 não ter sido formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual encontra-se pendente de julgamento. A Operadora é classificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS na modalidade de filantropia.

Considerando o direito legal da obtenção da renovação do CEBAS pela Operadora, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas considerando que a Operadora usufrui os benefícios da isenção fiscal dos impostos e contribuições mencionados na Nota Explicativa nº 30.

Imunidade Municipal

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional.

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação foram outros do citado artigo 14 e seus três incisos. A discussão ainda se encontra em fase de processo administrativo, com exigibilidade suspensa dos tributos incluídos nos Autos.

A Prefeitura do Município de São Paulo reconhece que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis, não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

Santa Casa de Misericórdia

A parceria mantida junto a Santa Casa de Misericórdia de Francisco Morato, conduziu o Grupo São Cristóvão Saúde a participação direta no Lar Assistencial São Benedito - LASB, como Associado Contribuinte, com direito a voto e a ser votado, assumindo a GESTÃO da Santa Casa, assumindo, por meio do Presidente do Conselho Deliberativo e CEO.

Para 2021, os planos da ABFSC é reorganização da Santa Casa, com ampliação da Taxa de Ocupação dos seus atuais 27% para 65% em média, principalmente com a implantação dos 240 partos de baixa e média complexidade.

Com a incorporação da Santa Casa, a Associação irá manter nas cidades de Araçariguama, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra apenas o programa de Câncer de Mama. Os demais programas serão descontinuados em 2021. O foco será na operação de Francisco Morato, reforçando com isto a perseverança desta gestão em fazer valer a missão delegada pelos nossos fundadores e o Conselho.

O Grupo São Cristóvão Saúde espera ao final de dois anos incorporar o Lar Assistencial São Benedito – LASB e toda a sua estrutura, o que permitirá a continuidade do atendimento assistencial a população carente de Francisco Morato.

XII – PERSPECTIVAS PARA 2021

Em meados de janeiro a imprensa começou a reportar casos sobre um desconhecido vírus que causava problemas respiratórios, tendo este vírus classificado posteriormente com o nome de corona vírus. Por conta de sua propagação global, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou se tratar de uma pandemia.

Os efeitos provocados pelo Covid-19 na economia têm sido devastadores, causando, por exemplo, redução global de oferta de trabalho, retração em investimentos, entre outros. Não há como mensurar os reais impactos que o novo vírus irá causar na economia como um todo, existindo incertezas como o mercado irá reagir nos próximos meses em que se mantiver o estado de pandemia, porém as projeções de crescimento econômico para 2021 devem diminuir.

Apesar dessa crise pandêmica mundial, a Associação espera estender a quantidade de atendimento nos programas nas áreas sociais existentes.

Na área hospitalar os projetos para 2021 são:

- ☐ Ampliação 4º SS para Observação do Pronto Socorro Adulto, área construída de 330m².
- ☐ Ampliação 3º SS do Pronto Socorro Adulto, área construída de 691m².
- ☐ Criação da Ressonância, área construída 320 m².
- ☐ Criação da CAF e Dispensação da Farmácia, área construída 300 m².
- ☐ Reformulação da UAR (1º andar), área construída 172 m².
- ☐ Reformulação do Hospital Dia, área construída 377 m².
- ☐ Em estudos: a expansão de novas unidades.
- ☐ Em desenvolvimento: Implantação de CRM (em estudo); Lean Health Care; Telemedicina; RFID para monitoramento de bebês (em estudo); Biometria (em estudo); aquisições de equipamentos, aparelhos hospitalares e outros.
- ☐ Ações de Marketing: Investimento em mídias digitais, fortalecimento da marca São Cristóvão, comunicações institucionais, merchandising em shopping,

mídias impressas, mídias digitais, mídia OOH (out of home), publicidades, redes sociais e apoios a eventos.

Estruturação da Regulação e Auditoria Médica:

Este setor visa o aprimoramento na gestão da assistência aos beneficiários, por meio da utilização da metodologia DRG (*Diagnosis Related Group*), já utilizada pelas principais Instituições de Saúde do Brasil, uma nova visão no processo de regulação médica e acompanhamento de *high users*. Como também, as solicitações médicas de alta complexidade e acompanhamento das internações na rede própria e credenciada.

Parceria financeira com a Construtora Cyrela

Em relação ao terreno da Operadora Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, localizado na rua Valentim Magalhães. Recebimento de 23,5% do total da receita bruta oriundas das vendas das unidades, conforme promessa de contrato de permuta financeira a ser firmado com a empresa Cyrela: R\$ 16,26 milhões.

Projeção das vendas dos produtos da Operadora:

O crescimento histórico da Operadora no período de 2015 a 2020 em relação ao número de beneficiários foi em média 38,7% a.a. Foi projetado para 2021, um crescimento de 10,2% em relação a 2020. Baseado no melhor aspecto do cenário econômico, esperamos atingir 170.000 beneficiários na carteira da Operadora. Para esse estudo foram considerados os seguintes parâmetros:

- Expansão do canal de vendas e vendedores próprios.
- Vendas online.
- Oxigenação da carteira através da reformulação/criação de novos produtos (atualmente são 34 produtos).
- Campanha de vendas mais atrativas.
- Revisão das políticas comerciais.
- Forte ação na retenção de vidas.

Com a finalidade de aumentar o índice de verticalização, em função do crescimento de 23,8% em relação ao número de beneficiários de 2020 *versus* 2019, direcionamos os recursos financeiros aos principais investimentos citados, objetivando o aumento da capacidade instalada de nossa rede própria, visando a verticalização dos serviços para nossos beneficiários e a troca dos preços da rede externa pela melhor gestão dos seus custos na rede própria.

Os estudos realizados apontam que as despesas são 2,7 vezes maiores na rede externa, quando comparadas com a rede própria, fazendo se necessário um crescimento na nossa capacidade de atendimento hospitalar, com a consequente redução da sinistralidade e oxigenação da carteira. Essa verticalização resultará maior comodidade aos nossos beneficiários e prestadores de serviços.

Manifestamos os nossos profundos sentimentos, bem como nosso imenso carinho a cada beneficiário, profissional de saúde e aos demais profissionais que pertencem ao Grupo São Cristóvão Saúde que perderam seus entes queridos durante esse período tão desafiador. Nossas condolências se estendem as famílias de todos os brasileiros que perderam suas vidas lutando contra essa doença. Sabemos que o momento é desolador e que tem afetado o bem-estar socioemocional e físico de muitas pessoas ao redor do mundo, por isso, esperamos que todos tenham conseguido encontrar um mínimo de conforto e que estejam protegidos e com saúde.

Mantendo nosso compromisso de garantia a saúde dos nossos beneficiários e envolvidos com a nossa responsabilidade perante a sociedade gostaríamos de reconhecer os esforços de todos os nossos profissionais de saúde e demais colaboradores. Somos muito gratos e orgulhosos do empenho e coragem ao combate dessa pandemia, vocês foram essenciais.

Dessa forma, só podemos iniciar o ano de 2021 com a esperança em nossos corações de que seja um ano mais sadio. E que possamos continuar levando saúde para todos!

São Paulo, 19 de março de 2021.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2020 R\$	2019 R\$
ATIVO CIRCULANTE		200.545.222	169.645.961
Disponível	6	297.344	202.524
Realizável		200.247.878	169.443.437
Aplicações Financeiras	7	157.900.267	147.067.649
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		50.043.612	48.873.424
Aplicações Livres		107.856.654	98.194.225
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	25.502.218	8.739.131
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		9.713.816	8.721.210
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		13.241	17.921
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		15.775.161	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		53.945	57.549
Créditos Tributários e Previdenciários		432	432
Bens e Títulos a Receber	9	16.122.546	13.051.889
Despesas Antecipadas		668.470	526.786
ATIVO NÃO CIRCULANTE		200.262.200	152.735.510
Realizável a Longo Prazo	10	5.975.593	4.999.283
Depósitos Judiciais e Fiscais		5.361.151	4.146.993
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		614.442	852.290
Imobilizado	11	194.286.607	147.736.227
Imóveis de Uso Próprio		110.850.550	77.400.017
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		90.287.695	57.528.008
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		20.562.855	19.872.009
Imobilizado de Uso Próprio		27.193.573	17.837.078
Imobilizado – Hospitalares / Odontológicos		19.148.924	11.137.859
Imobilizado – Não Hospitalares / Odontológicos		8.044.649	6.699.219
Imobilizações em Curso		31.200.006	38.068.925
Outras Imobilizações		25.042.478	14.430.207
TOTAL DO ATIVO		400.807.422	322.381.471

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2020 R\$	2019 R\$
PASSIVO CIRCULANTE		125.084.647	109.030.528
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	75.878.052	69.131.360
Provisões de Prêmios / Contraprestações	13	28.095.860	23.327.226
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		28.095.860	23.327.226
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	6.481.571	7.092.946
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	13	28.051.516	22.959.360
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13	13.249.105	15.751.828
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		2.587.277	3.334.345
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.233.201	1.498.325
Comercialização sobre Operações		1.342.980	1.827.654
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		10.214	8.366
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	883	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		5.898.584	5.104.347
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	3.204.210	1.452.332
Débitos Diversos	16	37.516.524	30.008.144
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.333.661	13.068.177
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	6.561.494	3.026.118
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		6.561.494	3.026.118
Provisões	17	7.537.140	5.165.098
Provisões para Ações Judiciais		7.537.140	5.165.098
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	3.524.682	3.473.600
Tributos e Contribuições		3.524.682	3.473.600
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	643.551	1.185.770
Débitos Diversos		66.794	217.591
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		257.389.114	200.282.766
Capital Social / Patrimônio Social	3.1.6	200.282.766	156.666.927
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	32	57.106.348	43.615.839
TOTAL DO PASSIVO		400.807.422	322.381.471

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em Reais)

Descrição	Nota Explicativa	2020 R\$	2019 R\$
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	614.080.928	533.108.379
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		614.080.928	533.108.379
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		614.080.928	533.108.379
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	403.241.562	383.013.838
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		-	-
		405.744.284	382.590.051
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		2.502.722	-423.787
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		210.839.366	150.094.541
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		5.183.135	4.844.794
Receitas de Assistência à Saúde Não Relac c/ Planos de Saúde da Operadora		16.823.623	18.992.970
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	21	7.310.577	6.920.634
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar(SUS)		1.738.801	-
Outras Receitas Operacionais	22	7.774.245	12.072.336
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		-17.945.798	-14.887.053
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	23	-2.765.940	-1.825.878
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-2.190.212	-1.778.967
Provisão para Perdas Sobre Créditos		-12.989.646	-11.282.208
Outras Desp Oper. de Assist. à Saúde Não Relac.c/ Planos de Saúde da Operadora		-61.282.857	-51.862.637
RESULTADO BRUTO		153.617.469	107.182.615
Despesas de Comercialização		-39.006.936	-21.690.188
Despesas Administrativas	25	-63.714.907	-54.140.927
Resultado Financeiro Líquido		6.237.350	12.282.396
Receitas Financeiras		15.622.397	13.879.092
Despesas Financeiras		-9.385.047	-1.596.696
Resultado Patrimonial	26	-26.628	-18.057
Receitas Patrimoniais		85.088	-
Despesas Patrimoniais		-111.716	-18.057
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		57.106.348	43.615.839
RESULTADO LÍQUIDO		57.106.348	43.615.839

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 3

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Patrimônio Social R\$</i>	<i>Superávit/Déficit do Exercício R\$</i>	<i>Total R\$</i>
Saldo em 31.12.2018	106.395.385	50.271.542	156.666.927
Transferência para o Patrimônio Social	50.271.542	(50.271.542)	-
Superávit do Exercício	-	43.615.839	43.615.839
Saldo em 31.12.2019	156.666.927	43.615.839	200.282.766
Transferência para o Patrimônio Social	43.615.839	(43.615.839)	-
Superávit do Exercício	-	57.106.348	57.106.348
Saldo em 31.12.2020	200.282.766	57.106.348	257.389.114

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	599.337.965	535.372.498
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	306.575.751	323.895.725
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	6.164.802	9.993.684
(+) Outros Recebimentos Operacionais	7.747.786	10.935.923
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(278.482.521)	(267.732.762)
(-) Pagamento de Comissões	(35.741.066)	(19.073.622)
(-) Pagamento de Pessoal	(104.285.911)	(89.786.272)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(59.933.886)	(52.387.318)
(-) Pagamento de Tributos	(45.050.323)	(39.561.150)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(4.556.401)	(3.298.805)
(-) Pagamento de Aluguel	(7.062.902)	(6.216.621)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(13.092.843)	(9.264.038)
(-) Aplicações Financeiras	(317.606.575)	(364.873.431)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(12.023.904)	(11.982.510)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	41.989.972	16.021.301
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(35.944.685)	(18.243.906)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(6.210.374)	(2.486.049)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(42.155.059)	(20.729.954)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	3.650.682	3.031.592
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	(19.110)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.390.775)	(1.852.793)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	259.907	1.159.689
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	94.820	(3.548.964)
CAIXA – Saldo Inicial	202.524	3.751.488
CAIXA - Saldo Final	297.344	202.524
Ativos Livres no Início do Período	98.194.225	61.442.950
Ativos Livres no Final do Período	107.856.654	98.194.225
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	9.662.429	36.751.275

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em Reais)

	2020	2019
	R\$	R\$
Resultado Líquido do Exercício	57.106.348	43.615.838
Componentes do Resultado Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	57.106.348	43.615.838

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício findo em 31 de
dezembro de 2020 e de 2019**

Nota 1 - Contexto Operacional

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão é uma entidade civil brasileira, de fins não econômicos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica e de índole apolítica, que tem por objetivo:

- I. Operar Plano de Saúde e manter programas de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, observando os termos do Regulamento;
- II. Criar, manter e administrar casa de repouso, asilo, creches e outras entidades voltadas para a assistência à saúde.
- III. Celebrar convênios com outras instituições para prestação de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, a critério da Diretoria;
- IV. Manter e editar um periódico para orientação dos associados;
- V. Prestar gratuitamente assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica às pessoas indigentes e/ou carentes de recursos.

Para atender esses objetivos, mantém os seguintes Departamentos:

- ♦ Sede Social;
- ♦ Departamento de Assistência Médica Ambulatorial, Hospitalar, Sanatorial e Odontológica;
- ♦ Hospital e Maternidade São Cristóvão;
- ♦ Sanatório São Cristóvão;
- ♦ Casa de Repouso São Cristóvão;
- ♦ Lar das Crianças São Cristóvão;
- ♦ Lar Geriátrico São Cristóvão;
- ♦ Centro de Estudos e Pesquisas.

A Associação é reconhecida como utilidade Pública Federal, conforme o Decreto nº 85.752/1981, possuindo o registro no Conselho Nacional de Serviço Social, como entidade de fins filantrópicos, conforme Certificado definitivo expedido em 29/04/1981, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.572/1977.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS RN nº 435, emitida em 23/11/2018, e Resolução Normativa ANS RN nº 446, emitida em 1º de novembro de 2019.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em 19 de março de 2021.

Nota 3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a RN nº 435/2017 e RN nº 446/2019, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de

renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serem necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Em conformidade com o previsto no item IV, do artigo 29, da Lei nº 12.101/2009, e em atendimento as Normas Contábeis emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a partir do exercício de 2020, a Operadora não reconhece mais em sua escrituração contábil o valor da renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições federais, municipais e estaduais usufruídos pela imunidade tributária que goza. Para fins comparativos, a Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está sendo apresentado sem o reconhecimento da renúncia fiscal.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidade)

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; de investimentos, mantidos até o vencimento; de empréstimos e de recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda e de passivos financeiros, mensurados a valor justo no Resultado e outros passivos financeiros.

3.1.1.3 - Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 - Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde comercializados pela Associação.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas a mais de 60 dias para pessoa física e de 90 dias para pessoa jurídica.

3.1.1.5 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoques “custo médio”.

3.1.1.6 - Demais Créditos a Receber

Os títulos e créditos decorrentes de operações não relacionadas aos planos correspondem, principalmente, a operações no atendimento hospitalar a particulares e a convênios.

Esses créditos são reconhecidos pelo valor justo, ou seja, pelo valor efetivamente faturado. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 - Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Jurídico.

Não há constituição para provisão de perdas com esses créditos cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado para liquidação das Ações contra a Associação.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	50

Equipamentos Aparelhos Hospitalares	10
Móveis Hospitalares	10
Equipamentos de Processamento Dados	10
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	10
Móveis e Utensílios não Hospitalares	10
Veículos e Acessórios	5

3.1.3 - “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 - “Impairment” de Ativos Financeiros

A Associação avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Associação usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Associação reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos. Para os demais títulos e créditos a receber a redução ao valor recuperável considera aqueles em atraso acima de 90 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como “impairment”.

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

3.1.5.1 - Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos Associados dos Planos de Saúde comercializados pela Associação, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tais os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

3.1.5.2 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador. As obrigações legais suspensas por determinação judicial são reconhecidas como se devidos fossem, contemplando os encargos financeiros aplicados em débitos vencidos.

3.1.5.3 - Empréstimos e Financiamento

As obrigações decorrentes de operações de empréstimos efetuados com as instituições financeiras autorizadas são reconhecidas pelo valor presente, contemplando os cálculos dos encargos incorridos estipulados contratualmente até a data de 31 de dezembro de 2020.

As parcelas a vencer superiores há 12 meses são registradas no Passivo não Circulante.

3.1.5.4 - Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

3.1.5.5 - Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, contemplando estimativas atuariais com base em metodologia própria.

As provisões para Ações Judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Associação: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco através do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receitas Hospitalares

Correspondem às receitas não relacionadas com os Planos de Saúde comercializados pela Associação, proveniente dos serviços prestados dentro das dependências hospitalares a terceiros, sejam eles realizados a particulares e a Planos de Saúde mediante Contrato de rede conveniada.

Essas receitas são reconhecidas mediante a emissão mensal da Fatura.

(c) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.1.8 - Gratuidades e Benefícios Fiscais Usufruídos

Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos de forma segregada. Os benefícios concedidos como gratuidade por meio da prestação de serviços são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado.

Os benefícios fiscais usufruídos decorrentes da renúncia Fiscal estão divulgados na Nota Explicativa nº 29

Nota 4 - Julgamentos, Estimativas e Premissas Significativas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando à seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, ao valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

Nota 5 - Gestão de Risco Financeiro

As atividades da Associação se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

(a) Risco de Crédito

O risco de créditos decorre de Caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as Normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade de pagamento da mensalidade.

Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Diretoria Financeira através da monitoração das previsões orçamentárias para assegurar que a Associação tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em Contas Correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

Nota 6 - Disponível

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Descrição	31/12/2020 Em R\$	31/12/2019 Em R\$
Caixa	35.084	22.461
Bancos Conta Movimento	262.260	180.063
Total	297.344	202.524

Nota 7 - Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações/maneiras em Fundos de Investimentos, registradas ao valor justo, contemplando o valor de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos financeiros até 31 de dezembro de 2020, estando assim apresentadas:

Descrição	31/12/2020 Em R\$	31/12/2019 Em R\$
Aplicação Garantidoras das Provisões Técnicas	50.043.612	48.873.424
Fundo de Investimento Renda Fixa	50.043.612	48.873.424
Aplicações Livres	107.856.655	98.194.225
Títulos de Renda Fixa	22.129.799	20.781.924
Fundo de Investimento Renda Variável	85.726.856	77.412.301
Total	157.900.267	147.067.649

Nota 8 - Créditos de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
------------------	-------------------	-------------------

	<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>
Contraprestação Pecuniária Receber Assist. Médico-Hospitalar	50.883.611	42.548.966
Coletivo	17.688.032	14.631.640
Individual	33.195.579	27.917.326
Contraprestação Pecuniária a Receber Assist. Odontológica	371.861	185.686
Coletivo	90.640	49.665
Individual	281.221	136.021
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	66.512	65.736
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(41.594.927)	(34.061.257)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (1)	15.775.161	-
Total	25.502.218	8.739.131

(1) Referem-se as parcelas dos créditos de contraprestação pecuniária dos Beneficiários decorrentes da suspensão das cobranças dos reajustes anuais e por faixa etária correspondentes aos meses de setembro a dezembro de 2020, conforme determinação da Diretoria Colegiada (DICOL) da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A cobrança dessas parcelas suspensas será diluída no decorrer do exercício de 2021.

Nota 9 - Bens e Títulos a Receber

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

<i>Descrição</i>	<i>31/12/2020</i> <i>Em R\$</i>	<i>31/12/2019</i> <i>Em R\$</i>
Estoque	6.103.826	3.662.951
Títulos a Receber	11.499.308	7.288.755
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos (1)	(7.130.182)	(5.775.663)
Outros Créditos a Receber	2.049.371	4.275.623
Imóveis a Venda (2)	3.600.223	3.600.223
Total	16.122.546	13.051.889

(1) Refere-se a provisão para perdas esperadas com Títulos a Receber.

(2) Refere-se ao Imóvel localizado no Município de São Paulo, Rua Valentim Magalhães, Moóca, objeto de negociação com a empresa Cyrela através de contrato de permuta financeira.

Nota 10 - Realizável a Longo Prazo

Está composto da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	31/12/2020 <i>Em R\$</i>	31/12/2019 <i>Em R\$</i>
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.361.151	4.146.993
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	614.442	852.290
Total	5.975.593	4.999.283

Nota 11 - Imobilizado

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

	Saldo em			
	<i>Custo</i>	<i>Deprec.</i>	31/12/2020 <i>Líquido</i>	31/12/2019 <i>Líquido</i>
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	133.104.613	22.254.063	110.850.550	77.400.017
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	106.779.732	16.492.037	90.287.695	57.528.008
Terreno	10.315.000	-	10.315.000	10.315.000
Edificações	96.464.732	16.492.037	79.972.695	47.213.008
OUTROS IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	26.324.881	5.762.026	20.562.855	19.872.009
Terrenos	9.426.000	-	9.426.000	9.426.000
Edificações	16.898.881	5.762.026	11.136.855	10.446.009
BENS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	30.309.703	11.160.779	19.148.924	11.137.859
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	25.450.346	8.785.677	16.664.668	9.867.286
Móveis Hospitalares	4.697.965	2.302.923	2.395.043	1.238.648
Instalações –Hospitalares	161.392	72.179	89.213	31.925
OUTROS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO	18.731.177	10.686.527	8.044.650	6.699.219
Equipamentos de Processamento Dados	8.887.940	5.198.966	3.688.974	3.202.764
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	3.930.663	2.500.908	1.429.755	1.180.143
Móveis e Utensílios não Hospitalares	5.650.076	2.865.278	2.784.798	2.155.578
Veículos e Acessórios	262.498	121.375	141.123	160.734
IMOBILIZAÇÃO EM CURSO – HOSPITALARES	31.200.006	-	31.200.006	38.068.925
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	25.042.477	-	25.042.477	14.430.207
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25.042.477	-	25.042.477	14.430.207
TOTAL DO IMOBILIZADO	238.387.976	44.101.369	194.286.607	147.736.227

(1) Refere-se aos gastos com a ampliação de novas instalações da Rede Hospitalar que se encontram em andamento. A composição desses gastos está demonstrada a seguir por projetos:

Obras em Andamento	Previsão de Término (Mês/Ano)	Saldo em 31/12/2020 R\$
Espaço Educacional - IEP Dona Cica	mar/21	23.701.206
Mastologia e Vacinação	jun/21	507.110
CAAV V - Itaquera	fev/21	407.180
Aptos 3º andar	fev/21	1.022.713
CAAV VII - Anália Franco	abr/21	777.680
CAAV IV - Shopping Mooca	abr/21	1.197.043
Ampliação Pronto Socorro	abr/21	539.370
Ampliação Farmácia	fev/21	47.704
Hospital Pediátrico	Sem Previsão	3.000.000
TOTAL		31.200.006

Nota 12 - Provisões Técnicas

A Resolução Normativa RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Associações de Planos Privados de Assistência à Saúde, a partir de 1º de janeiro de 2016.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2020, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzido percentual histórico de cobrança individual da Associação (% hc), dos avisos de cobrança e dos parcelamentos efetuados.

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Associação.

c) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída valor mensal cobrado pela Associação para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Nota 13 - Movimentação das Contas de Provisões Técnicas, Eventos a Liquidar, Despesas de Comercialização e de outros Débitos das Operações com Planos de Assistência à Saúde

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituição R\$</i>	<i>Reversão/Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	23.327.226	607.731.120	602.962.486	28.095.860
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	7.092.946	32.032.776	32.644.151	6.481.571
Provisões de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	10.390.010	825.419.167	823.838.620	11.970.557
Provisões de Eventos a Liquidar Rede-Própria	12.569.350	228.442.985	224.931.376	16.080.959
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	15.751.828	3.156.091	5.658.814	13.249.105
Total	69.131.360	1.696.782.139	1.690.035.447	75.878.052

Nota 14 - Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se à remuneração dos honorários médicos pela prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados ao Plano de Assistência à Saúde, principalmente com atendimentos a particulares e a outras Operadoras de Plano de Saúde decorrentes de Contratos de Convênios firmados.

Nota 15 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar

Em 31/12/2020 estão compostos da seguinte forma:

<i>Nº Contrato</i>	<i>Data do Contrato</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Taxa</i>	<i>Circulante</i>	<i>Não Circulante</i>	<i>Total</i>
Finame						
AYMOREÉ	29/01/2020	27/01/2022	-x-	476.187	39.682	515.869
AYMOREÉ	29/01/2020	27/01/2022	-x-	476.187	39.682	515.869

AYMORE	29/01/2020	27/01/2022	-X-	476.187	39.682	515.869
AYMORE	19/03/2020	30/01/2021	-X-	47.700	-	47.700
AYMORE	03/07/2020	15/09/2021	-X-	595.928	-	595.928
AYMORE	03/07/2020	15/09/2021	-X-	62.572	-	62.572
AYMORE	03/07/2020	15/09/2021	-X-	139.436	-	139.436
AYMORE	03/07/2020	15/09/2021	-X-	98.849	-	98.849
Leasing						
5415662590125610	06/10/2018	06/09/2022	pré-fixado	733.518	550.138	1.283.656
541566259096431BRA1	20/11/2020	20/12/2020	pré-fixado	169.894	-	169.894
8807981	14/03/2018	14/03/2021	pré-fixado	20.267	-	20.267
8809488	22/03/2018	22/03/2021	pré-fixado	9.252	-	9.252
(-) Juros a Amortizar Leasing				(101.767)	(25.633)	(127.401)
Total				3.204.210	643.551	3.847.760

Nota 16 - Débitos Diversos

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020 Em R\$	31/12/2019 Em R\$
Obrigação com Pessoal	16.761.518	14.043.164
Fornecedores	19.847.066	14.890.220
Depósitos de Benefic. e de Terceiros	751.647	715.468
Outros Débitos a Pagar	156.293	359.292
Total	37.516.524	30.008.144

Nota 17 - Passivo não Circulante

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020 Em R\$	31/12/2019 Em R\$
Provisões Técnicas de Op. de Assistência à Saúde (Nota 17.1)	6.561.494	3.026.118
Provisões (Nota 17.2)	7.537.140	5.165.098
Tributos e Contribuições a Recolher (Nota 17.3)	3.524.682	3.473.600
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (Nota 15)	643.551	1.185.770
Débitos Diversos	66.794	217.591
Total	18.333.661	13.068.177

17.1 - Provisões Técnicas de Op. Assistência à Saúde

Correspondem aos eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS objeto de parcelamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cujos vencimentos são superiores a um ano.

17.2 - Provisões

A Associação avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Instrução Normativa IN nº 37/2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- (a) **Praticamente certo** - este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a Administração de uma entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (b) **Provável** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) **Possível** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.
- (d) **Remota** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Associação possui Processos Judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

A Associação não reconhece os Ativos contingentes em sua escrituração contábil.

Probabilidade de Ganho- R\$						
Natureza	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Praticamente Certa	Total
Fiscais	3	3.279	558.525	-	-	561.804
Cíveis	589	108.647	1.336.264	1.898.388	7.337	3.350.635
Total	592	111.926	1.894.789	1.898.388	7.337	3.912.439

Contingências Passivas

	<i>Detalhamento por Probabilidade de Perda</i>				
	<i>Valor Reclamado (a) – R\$</i>				
Contingência	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Previdenciária	2	1.282.221	-	-	1.282.221
Fiscal	10	89.264.688	258.352	-	89.523.040
Trabalhistas	94	682.363	3.399.948	3.316.329	7.398.640
Administrativa	9	-	2.211.301	178.813	2.390.114
Cível	521	1.642.870	19.753.504	8.801.185	30.197.559
Total	636	92.872.142	25.623.105	12.296.327	130.791.574

(a) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

	<i>Detalhamento por Probabilidade de Perda</i>					
	<i>Valor Desembolso Esperado – R\$</i>					
Descrição	Quantidade	Remoto	Possível	Provável	Total	Valor Constituído
Previdenciária	2	1.282.221	-	-	1.282.221	-
Fiscal (b)	12	94.400.779	337.690	178.813	94.917.282	178.813
Trabalhistas	94	-	1.262.531	668.667	1.931.198	668.667
Administrativa (c)	9	-	2.211.301	1.914.719	4.126.020	1.914.719
Cível (d)	521	1.696.558	19.737.491	4.774.941	26.208.990	4.774.941
Total	638	97.379.558	23.549.013	7.537.140	128.465.711	7.537.140

(b) Refere-se, principalmente, aos Processos Administrativos decorrentes dos Autos lavrados pela Receita Fazendária decorrente dos impostos incidentes sobre a importação de equipamentos e materiais bem como dos Autos de Infração referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (Nota Explicativa nº 31).

(c) Refere-se aos Processos Administrativos decorrentes das Multas aplicadas pela ANS

(d) Refere-se a Processos cíveis cujos valores mais representativos estão vinculados a Processos por danos de responsabilidade cível.

A posição da provisão para contingência constituída no exercício está apresentada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020 <i>Em R\$</i>	31/12/2019 <i>Em R\$</i>
Cíveis	4.774.941	2.695.041
Trabalhistas	668.667	1.059.064
Administrativa	1.914.719	813.960
Fiscais	178.813	597.033
Total	7.537.140	5.165.098

17.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Referem-se aos valores das obrigações legais de Imposto de Renda e dos acréscimos legais correspondentes até a data-base de 31 de dezembro de 2008, que tiveram sua exigibilidade suspensa através das compensações efetuadas com créditos tributários pleiteados pela Associação através do Processo Administrativo nº 19679.005808/2005-51, classificados no Passivo não Exigível com base na expectativa de realização (pagamento desses valores) pela Associação.

Nota 18 - Contraprestações Emitidas Líquidas

Referem-se às receitas relativas à prestação de assistência médica à saúde, provenientes da cobrança de mensalidades dos Associados apropriadas pela cobertura do Risco, considerando como tal a data de início da cobertura.

Nota 19 - Eventos Indenizáveis Líquidos

Referem-se aos eventos líquidos provenientes do atendimento aos Associados prestados pelas Redes Conveniadas e pelo Hospital e Maternidade São Cristóvão.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar Eventos Médico Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar, do Documento de Informações Periódicas – DIOPS, do 4ª trimestre 2020, está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos Planos Individuais firmados, posteriormente, à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos Médico-Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – R\$

Carteira de Planos Individuais pós Lei nº 9.1998

	<i>Consulta Médica</i>	<i>Exames</i>	<i>Terapias</i>	<i>Internações</i>	<i>Outros Atendimentos</i>	<i>Demais Despesas</i>	<i>Total</i>
Rede Própria	26.058.500	41.282.808	2.883.107	147.196.871	68.138.668	-	285.559.954
Rede Contratada	19.062.625	27.738.522	11.490.212	31.342.126	24.467.893	1.507.109	115.608.487
Reembolso	-	-	4.000	-	-	-	4.000
Total	45.121.125	69.021.330	14.377.319	178.538.997	92.606.561	1.507.109	401.172.441
Outras Formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	-

Nota 20 - Contratos de Plano de Saúde - Margem de Contribuição

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	Saldo em 31 de dezembro de							
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contraprestações	429.840.338	362.520.301	146.972.896	128.588.880	36.987.196	41.701.303	613.800.430	532.810.485
Tributos diretos (PIS/COFINS)		-			-			-
RECEITA LÍQUIDA	429.840.338	362.520.301	146.972.896	128.588.880	128.588.880	41.701.303	613.800.430	532.810.485
Eventos indenizáveis	(288.910.710)	(266.442.316)	(87.348.846)	(77.329.258)	(77.329.258)	(33.570.212)	(401.172.444)	(377.341.786)
Consultas médicas	(30.637.944)	(32.213.847)	(10.750.499)	(12.190.858)	(3.732.683)	(6.310.254)	(45.121.126)	(50.714.959)
Outros atendimentos ambulatoriais	(67.858.826)	(57.019.149)	(21.104.270)	(17.073.555)	(3.643.466)	(5.568.521)	(92.606.562)	(79.661.225)
Exames	(46.484.928)	(41.970.224)	(17.331.535)	(16.355.266)	(5.204.868)	(6.938.680)	(69.021.331)	(65.264.170)
Terapias	(10.716.632)	(11.508.668)	(2.375.346)	(2.875.321)	(1.285.342)	(1.567.038)	(14.377.320)	(15.951.027)
Internações	(131.979.119)	(122.431.987)	(35.590.153)	(28.634.610)	(10.969.725)	(13.096.287)	(178.538.997)	(164.162.884)
Demais despesas médico-hospitalares	(1.233.261)	(1.298.441)	(197.043)	(199.648)	(76.804)	(89.432)	(1.507.108)	(1.587.521)
Procedimentos odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO	140.929.628	96.077.985	59.624.050	51.259.622	51.259.622	8.131.091	212.627.986	155.468.698
Despesas de comercialização	(25.857.509)	(12.938.475)	(7.925.047)	(4.437.052)	(2.518.518)	(3.852.268)	(36.301.074)	(21.227.795)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	115.072.119	83.139.510	51.699.003	46.822.570	46.822.570	4.278.823	176.326.912	134.240.903

Nota 21 - Receitas com Operação de Assistência Médico-Hospitalar

Referem-se a outras receitas e despesas provenientes de operações não relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas, em sua maior parte, das receitas e dos custos do Hospital e Maternidade São Cristóvão pela prestação dos serviços à rede conveniada, como segue:

Descrição	2020 Em R\$	2019 Em R\$
Serviços Hospitalares	4.566.782	5.132.281
Honorários Médicos	1.464.574	2.019.285
SADT	1.894.430	1.584.712
Inaloterapia	513.309	201.979
Materiais	907.553	875.886
Medicamentos	708.526	428.295
Reversão/Dedução de Receitas	(2.744.597)	(3.321.804)
Total	7.310.577	6.920.634

Nota 22 - Outras Receitas Operacionais

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	2020 Em R\$	2019 Em R\$
Recup. Contingências Cíveis	53.916	2.362.368
Recup. Contingências Trabalhistas	315.566	399.138
Estacionamento	2.031.174	2.835.772
Aluguéis	451.774	477.600
Outras	4.921.815	5.997.458
Total	7.774.245	12.072.336

Nota 23 - Outras Despesas de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se aos valores de despesas de cobrança.

Nota 24 - Outras Despesas de Operações de Assistência à Saúde não Relacionado com Planos de Assistência à Saúde da Operadora

Referem-se exclusivamente as despesas de honorários médicos decorrentes dos serviços prestados.

Nota 25 - Despesas Administrativas

São compostas na sua maioria por despesas provenientes de gastos do Departamento do Hospital, relativas a atendimentos de Sócios vinculados à Sede, sendo compostas da seguinte forma:

Descrição	2020 Em R\$	2019 Em R\$
Despesas c/ Administração e Pessoal Próprio	24.990.314	22.845.978
Despesas com Terceiros	18.052.245	13.583.265
Despesas com Localização e Funcionamento	7.903.560	7.418.817
Despesas com Publicidade e Propaganda	3.736.885	2.599.498
Despesas com Tributos	613.353	333.409
Despesas com Multas Administrativa	2.089.719	904.837
Despesas Administrativas Diversas	6.328.831	6.455.123
Total	63.714.907	54.140.927

Nota 26 - Resultado Patrimonial

Está composto na sua maior parte pelas receitas de donativos, auxílios e, principalmente, de recuperações de despesas dos Departamentos da Associação.

Nota 27 - Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

Para as empresas reguladas pela ANS, a Resolução Normativa nº 209/09, e alterações posteriores, estabelece que as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Regulatório (CR). O CR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base e a Margem de Solvência, exceto para as sociedades que optaram pela adoção antecipada do Capital Baseado em Riscos (CBR), cujo CR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base, a Margem de Solvência e o CBR. O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no Patrimônio Líquido contábil ou no Patrimônio Social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos.

A Operadora optou por não adotar antecipadamente do Capital Baseado em Riscos (CBR).

O Patrimônio Líquido Ajustado e a Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, da Associação estão demonstrados a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	<i>Descrição</i>	<i>2020 Em R\$</i>	<i>2019 Em R\$</i>
(+)	Patrimônio Líquido	257.389.114	200.282.766
(+)	Lucros não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	-	-
(-)	Participação em OPS avaliados por Equiv. Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	668.470	526.786
(=)	Patrimônio Líquido Ajustado	256.720.644	199.755.980

b) Margem de Solvência

	<i>Descrição</i>	<i>2020 Em R\$</i>	<i>2019 Em R\$</i>
	Patrimônio Líquido Ajustado	256.720.644	199.755.980
(a)	0,20 (Contraprestações Pecuniárias) – 12 meses	122.816.186	106.621.676
(b)	0,33 (Eventos Indenizáveis - Anual Médio) – 36 meses	124.341.590	114.641.340
(c)	Margem de Solvência (o maior valor entre (a) e (b))	124.341.590	114.641.340
	Suficiência (PLA – (c)) de:	132.379.054	85.114.640

Nota 28 - Cobertura de Seguros

A Associação possui as seguintes coberturas de seguros que considera suficiente:

Descrição	Valor R\$
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	1.000.000
Danos Elétricos	1.000.000
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão, Furação, Queda de Aeronave e Impacto de Veículos Terrestre	205.100.000
Equipamentos Eletrônicos	1.000.000
Roubo e Furto Mediante Arrombamento	500.000
Valores em Trânsito e no interior do Estabelecimento	30.000
Derrame Acidental de chuveiros automáticos de combate de Incêndio (sprinklers)	1.000.000
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	400.000
Alagamento e Inundação	100.000
Desmoronamento	300.000
Deterioração de Mercadorias em Ambientes Frigorificados	200.000
Responsabilidade Civil Garagista	300.000
Responsabilidade Civil - Operações (Excluído Competições e jogos esportivos)	1.000.000
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármore	500.000
Objetos Portáteis (Âmbito Geográfico: Território Brasileiro)	300.000
Perda ou Pagamento de Aluguel	1.000.000
Derrame e/ou Vazamento de Tubulação Hidráulica	100.000
Gastos com Salvamento e Desentulho	190.000
Perda de Lucro Bruto	30.000.000

Nota 29 - Isenções Previdenciárias

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão divulga a renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições usufruídos, como segue:

Descrição	2020 R\$	2019 R\$
Contribuição Previdenciária	30.286.771	26.433.362
Cofins	2.263.137	10.759.744
CSLL	13.926.999	3.068.094
<i>Cofins S/ Receita Financeira</i>	<i>3.706.188</i>	<i>416.373</i>
Subtotal - Contribuições	50.183.095	40.677.573
ISS	31.008.445	26.891.832
IRPJ	10.270.968	8.498.482
IR s/rendimentos financeiros	2.350.543	2.103.277
Subtotal Impostos	43.629.956	37.493.591
Total da Renúncia Fiscal	93.813.051	78.171.164

Nota 30 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e posterior regulamentação.

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e, Assistência Hospitalar.

Estabelecimento/Vinculação	Paciente - SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio	1.969.104	8.582	21.860
Total	1.969.104	8.582	21.860
Total de Atendimento	1.999.546		

Estabelecimento/Vinculação	Paciente - Não SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio	8.335	55	1.394
Gestão SUS - Arsenal	11.012	-	-
Gestão SUS - Caieiras	5.000	-	-
Gestão SUS - Campos do Jordão	413	-	-
Gestão SUS - Embu Guaçu	619.773	180	4.196
Gestão SUS - Francisco Moratto	462.390	2.393	1.655
Gestão SUS - Ribeirão Pires	128.051	2.143	2.061
Gestão SUS - Rio Grande da Serra	107.868	-	-

Gestão SUS - São Caetano do Sul	2.304	-	-
Gestão SUS - São Lourenço da Serra	5.760	-	-
Gestão SUS - Taboão da Serra	1.176	-	-
Total	1.352.082	4.771	9.306
Total de Atendimento	1.366.159		

<i>Estabelecimento/Vinculação</i>	<i>Valor da Gratuidade - R\$</i>
Estabelecimento Próprio	16.643.656
Gestão SUS - Araçatiguama	169.447
Gestão SUS - Arsenal	1.721.946
Gestão SUS - Caieiras	10.000
Gestão SUS - Campos do Jordão	265.669
Gestão SUS - Embu Guaçu	12.509.499
Gestão SUS - Francisco Moratto	2.887.148
Gestão SUS - Ribeirão Pires	13.421.189
Gestão SUS - Rio Grande da Serra	1.360.916
Gestão SUS - São Caetano do Sul	415.164
Gestão SUS - São Lourenço da Serra	120.321
Gestão SUS - Taboão da Serra	5.875.313
Prevenção e Promoção a Saúde	5.932.990
Gastos Atendimento SUS (Total)	61.333.258

Nota 31 - Imunidade

a) Cebas

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Em meados de 2019, a Associação ingressou com a Ação Judicial de número 1019195-07.2019.4.01.3400, em trâmite na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária, do Distrito Federal, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema nº 32, da Repercussão Geral do STF, reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em lei complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS. Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837, em trâmite, na 1ª Sessão, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Em fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão ao do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2009 não ter sido formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual se encontra pendente de julgamento. A Operadora é classificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na modalidade de filantropia.

Considerando o direito legal da obtenção da renovação do CEBAS pela Operadora, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas considerando que a Operadora usufrui os benefícios da isenção fiscal dos impostos e contribuições mencionados na Nota Explicativa nº 30.

b) ISS

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional.

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos. A discussão ainda se encontra em fase de processo administrativo, com exigibilidade suspensa dos tributos incluídos nos Autos.

A Prefeitura do Município de São Paulo reconhece que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis, não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

Nota 32 - Superávit do Exercício

O Superávit do Exercício é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação.

Nota 33 - Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Descrição	2020 Em R\$	2019 Em R\$
Resultado Líquido do Exercício	57.106.348	43.615.839
Ajuste para:		
Provisão de Risco de Crédito - Créditos das Operações com Planos de Saúde	7.533.669	6.025.483
Provisão de Risco de Crédito - Bens e Títulos a Receber	1.032.854	(385.730)
Depreciação e Amortização	925.197	704.749
Outros Ajustes	(100.255)	(731.650)
Aplicações Financeiras	(10.832.618)	(41.179.028)
Crédito de Operação com Planos de Assistência à Saúde	(8.583.447)	(3.758.343)
Outros Créditos	(15.775.161)	-
Outros Valores e Bens	(7.987.326)	(2.118.790)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.214.158)	(548.147)
Despesas Antecipadas	(141.684)	(158.418)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8.992.621	9.290.248
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(747.069)	1.420.936
Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos	(3.603)	-
Impostos e Contribuições	845.318	1.111.731
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.209.659	1.880.775,36
Débitos Diversos	7.357.585	5.937.658
Provisões Judiciais	2.372.042	(1.324.462)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	41.989.972	16.021.301

Nota 34 - Teste de Adequação do Passivo – TAP

Em atendimento aos requisitos contidos na Resolução Normativa nº 435/2018, da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos de assistência médico-hospitalares vigentes na data-base de avaliação, segregados para as carteiras Individual, Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial.

Este teste é elaborado anualmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de assistência médica à saúde e odontológico (quando aplicável), comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa futuros, que decorram do cumprimento dos contratos comercializados de planos de saúde e odontológico, com preço preestabelecido.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

Nota 35 – Covid-19

O ano de 2020 foi um dos mais complexos e desafiadores devido ao surgimento e disseminação do novo Coronavírus, e dos impactos sanitários, econômicos e sociais provocados pela pandemia. A vida da população foi transformada com a adoção de rígidas ações governamentais em praticamente todos os países, como fechamento do comércio e escolas, isolamento social, quarentena e medidas necessárias para evitar aglomerações, conter o avanço da doença e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde.

A ANS, junto às demais autoridades de saúde e todo o setor de planos de saúde, discutiu e implementou medidas para enfrentamento da pandemia, objetivando garantir a sustentabilidade do setor e preservar a manutenção dos contratos dos beneficiários.

A São Cristóvão criou um grupo de Gestão de Crise e definiu estratégias de acordo com o contexto de nossa realidade devido às variáveis que afetam a receita e o custo não só da Operadora como de seus clientes, como proteger seu corpo clínico, funcionários e prestar o devido atendimento aos seus beneficiários. Para não colocar pacientes saudáveis em risco, foi criado de imediato um Pronto-Socorro para atendimento exclusivo de suspeitos ou contaminados pelo novo coronavírus, bem como andares destinados apenas para pacientes infectados. Em paralelo, o Grupo adequou a infraestrutura do Hospital, ajustou fluxos de atendimento, realizou a aquisição de equipamentos hospitalares importantes para o combate e tratamento da Covid-19, como respiradores, monitores cardíacos e desenvolvimento de protocolos terapêuticos. Devido ao cenário de escassez dos recursos hospitalares no mercado, rapidamente planejamos a aquisição de insumos considerando margem de segurança e análises concisas de dados de estoque em tempo real, além da revisão de manejo de estoque.

Expandimos nosso portfólio de fornecedores e ampliamos o espaço físico para armazenamento dos insumos comprados. Diariamente a equipe de Segurança do

Trabalho tem o objetivo de aumentar a adesão ao uso dos EPIs (Equipamento de proteção individual) e garantir a técnica segura na paramentação e desparamentação para os profissionais do Grupo. Utilizamos a telemedicina e o teleatendimento como estratégia de segurança e qualidade em saúde com busca ativa de beneficiários de maior risco e monitoramento de pacientes pós-alta. Todos os funcionários que faziam parte do grupo de risco foram afastados por precaução, sem demissões ou redução de salário.

Por um lado, temos as novas demandas geradas pela pandemia do Covid-19, como o aumento da sinistralidade decorrente do represamento de cirurgias eletivas e outros procedimentos. Por outro lado, há uma série de evoluções econômicas, sociais e tecnológicas que já estavam no radar dos especialistas em saúde e que a cada ano vem ganhando mais importância e influência no mercado.

Nota 36 - Relevância das Informações Contábeis-Financeiras

A Administração da Associação apresenta através deste Relatório, o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

São Paulo, 19 de março 2021.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

Elizabeth Popp Leme
Contadora
CRC 1SP14901203

*** **

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias (item IV, do artigo 29), examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela empresa Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina de forma favorável que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 23 de março de 2021.

Conselheiros Fiscais:

Augusto Medeji Sanchez

Flávio Lacerda Amendola

Paulo Nicolino de Freitas

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

Ao
Presidente Valdir Ventura
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão

A ASSISTANTS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., devidamente registrada junto ao Instituto Brasileiro de Atuaria (IBA) sob o nº 68, como responsável técnica pelos cálculos atuariais da carteira de produtos de saúde suplementar da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO, assim como pela estimação de valores das respectivas provisões técnicas exigidas pela legislação vigente e pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, declara:

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, vem sendo registrado mensalmente pela Operadora, de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pela ASSISTANTS, conforme demonstrativo abaixo:

Mês Referência	Eventos Avisados (incluindo SUS) R\$	NT – PEONA R\$
Jan/20	32.371.477,52	15.202.092,34
Fev/20	34.782.144,75	15.258.391,20
Mar/20	34.515.783,14	14.982.539,24
Abr/20	25.023.057,08	13.269.077,37
Mai/20	25.918.733,37	13.156.271,43
Jun/20	28.561.488,95	13.310.536,53
Jul/20	34.202.579,08	13.920.212,73
Ago/20	35.705.223,26	13.909.072,90
Set/20	37.349.260,35	13.955.599,73
Out/20	40.530.930,60	14.225.697,55
Nov/20	38.588.854,51	13.054.415,73
Dez/20	41.084.874,26	13.249.105,26

Os valores dessas provisões constantes das peças contábeis da Operadora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, refletem, com razoabilidade, as estimações técnicas atuariais realizadas ASSISTANTS e refletidas nas respectivas Notas Técnicas emitidas.

ASSISTANTS
Assessoria, Consultoria e Participações Ltda.

Andrea Mente
Actuarial Manager - MIBA 1088

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores da
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão (“Associação”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Imunidade Tributária

Chamamos a atenção para a Nota nº 31 às Demonstrações Contábeis, que descreve as ações da Associação quanto à sua imunidade tributária. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 22 de março de 2021.

 **Alonso, Barretto & Cia.**
Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia.
Auditores Independentes
CRC 2SP 013.232/O-3

Angela Z. Alonso
Contadora
CRC 1SP 126.226/O-9